

**UMA NOTA SOBRE “ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS DA
SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO BRASIL”
DE ALBERT FISHLOW**

Wilson Suzigan*

Os comentários de Annibal V. Villela e Werner Baer sobre o artigo do Professor Fishlow são suficientemente compreensivos. Isso permite que se possa dispensar, nesta nota, uma apreciação global do trabalho. O objetivo é, pois, unicamente acrescentar alguns elementos à discussão de pontos específicos.

É perfeitamente dispensável destacar os méritos do trabalho do Professor Fishlow. Baseado no que de melhor se poderia dispor em termos de dados estatísticos, sua análise, cuidadosa e penetrante, é sem dúvida uma das mais sérias contribuições para o perfeito entendimento do desenvolvimento industrial brasileiro. Contudo, novos dados estatísticos e informações permitem qualificá-la em alguns pontos. Nesta nota, dois apenas serão destacados: a substituição de importações durante a Primeira Guerra Mundial e o crescimento da economia brasileira durante os anos trinta.

I — A substituição de importações durante a I Guerra Mundial

Contestando recente corrente de opiniões liderada por Warren Dean ⁽¹⁾, Fishlow afirma que “um segundo surto de substituição de importações ocorreu durante a I Guerra Mundial” (pág. 520). Uma causa exógena — o choque da guerra — teria possibilitado aproveitar o excesso de capacidade instalada anteriormente, e permitido um passo do processo de industrialização no sentido de uma substancial substituição

* Do Departamento de Economia da PUC/RJ, IPEA/INPES. Sou grato aos professores Douglas H. Graham, José Roberto Mendonça de Barros, Annibal V. Villela e Francisco Iglesias por estimulantes discussões e sugestões em seminário realizado no IPE/USP em setembro de 1972.

1. in *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*, University of Texas Press, Austin, Texas (1969)

de bens antes importados, que em outras condições teriam continuado a competir (pág. 522). Em 1919 a indústria brasileira já teria alcançado uma substancial autonomia em sua produção de bens de consumo (ibid.).

Parece não haver dúvida que a produção industrial durante a guerra baseou-se no aproveitamento de capacidade instalada anteriormente. As importações de bens de capital para indústria durante a guerra foram reduzidas à quinta parte dos níveis de pré-guerra ⁽²⁾. O que se coloca em dúvida é a extensão da substituição de importações e do próprio crescimento da produção.

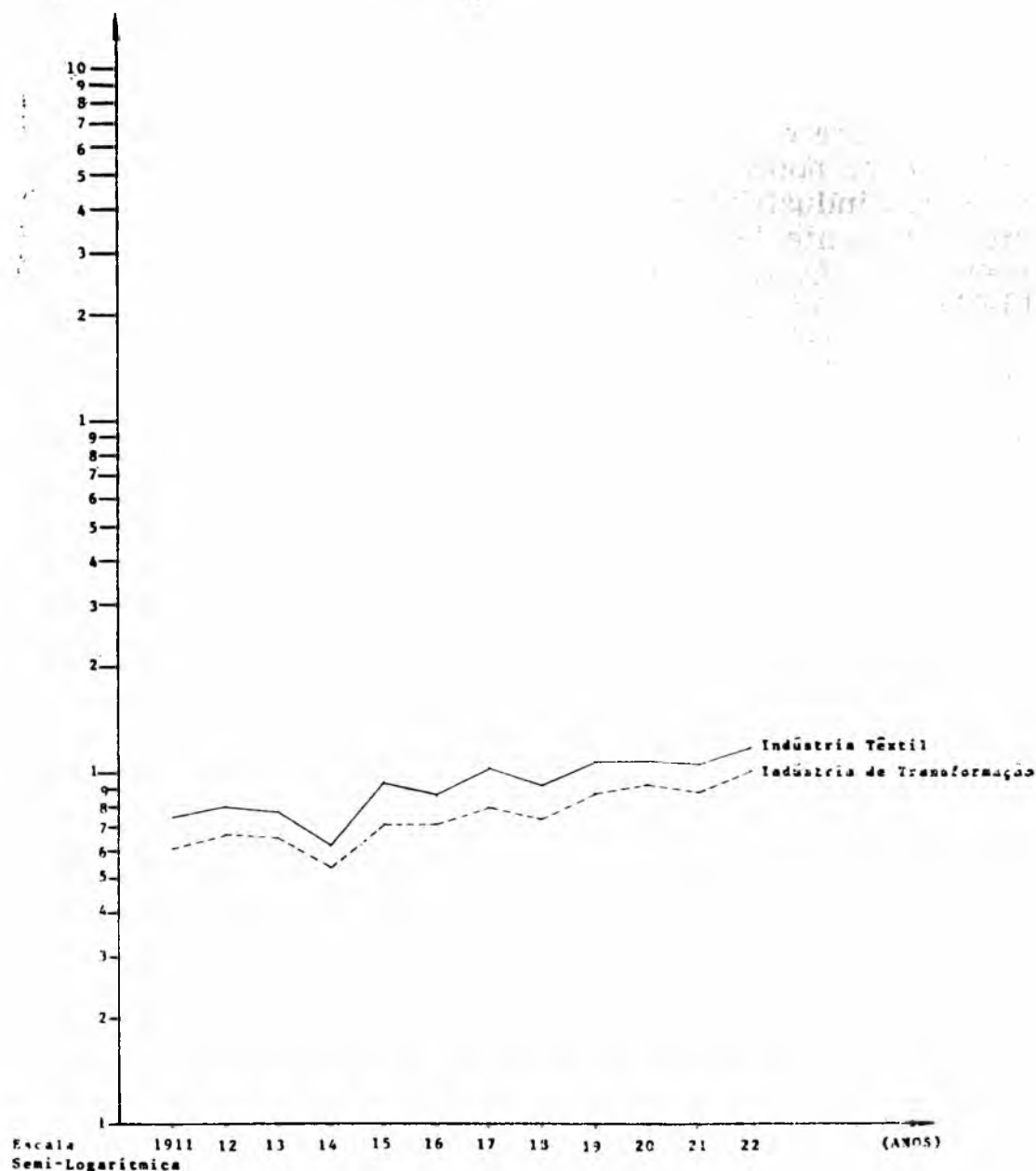
Argumentando inicialmente com a produção da indústria têxtil, Fishlow parece forçar as suas conclusões. Assim, compara a produção de tecidos de algodão no final da guerra (1918), com a produção em 1914, um ano severamente depressivo ⁽³⁾ como aliás ele próprio reconhece. Tomando-se uma média trienal centrada em 1918, e comparando-a com uma mesma média centrada em 1912, o resultado é um crescimento anual de 4,4 por cento na produção de tecido de algodão durante a I Guerra (vide gráfico 1). É claro que esse não é um ritmo desprezível de crescimento. Mas nada indica que tenha representado uma aceleração substancial em relação ao período anterior. De fato, ao contrário do que afirma Fishlow, não foi durante a guerra que se deu a mais substancial substituição de importações de tecidos de algodão, “aumentando a proporção do consumo suprida internamente de menos de dois terços para 85 por cento no final da guerra” (pág. 520). Já em 1912-1913, a produção interna supria 86 por cento do consumo aparente ⁽⁴⁾. Mas, segundo Fishlow, o crescimento não estava limitado aos tecidos.

Analisando o crescimento da indústria como um todo, observa que a taxa anual de crescimento entre 1914 e 1918 foi de 8,5 por cento. Ou, a partir de “bases menos favoráveis”, de 4,4 por cento ao ano entre 1911-1913 e 1919. Alguns fatos e dados estatísticos adicionais permitem qualificar a sua análise.

-
2. Dados de Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, **Política Governamental e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945** (Fundação Getúlio Vargas, a sair). Todos os dados doravante citados provêm da mesma fonte.
 3. A produção de tecidos de algodão em 1914 foi cerca de 20 por cento menor que em 1911-13.
 4. Ver Villela e Suzigan, op. cit., Apêndice Estatístico (Tabela XVIII).

Primeiro, quanto ao índice de produção industrial utilizado. Pode-se deduzir que para a sua construção foram usadas as mesmas fontes e métodos empregados na elaboração do índice de produção industrial para o período 1920-1949, utilizando a ponderação do Censo Industrial de 1919. Largamente baseado na produção de tecidos de algodão, não inclui produtos cuja produção cresceu rapidamente durante a guerra, visando à exportação: carne frigorificada e açúcar in-

G R Á F I C O 1. BRASIL: ÍNDICES DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1911-1922



FONTE: Vilela e Suzigan, op. cit.

dustrializado⁽⁵⁾. Embora não seja apresentado, parece tratar-se do mesmo índice aqui utilizado (gráfico 1)⁽⁶⁾; sua representatividade porém é bem menor que aquela suposta por Fishlow

Esse índice reflete, basicamente, o comportamento da indústria têxtil. Assim, o autor estende a toda a indústria as observações anteriormente feitas através da análise do crescimento da produção de tecidos de algodão, utilizando um índice agregado largamente baseado nos mesmos tecidos de algodão. Por isso, as observações seguintes são praticamente as mesmas feitas atrás, quanto ao crescimento da indústria têxtil.

Em segundo lugar, portanto, a utilização do índice. Aqui também parece que o autor forçou as suas conclusões. De fato, parece pouco útil determinar a taxa de crescimento da produção industrial durante a guerra, partindo de um ano profundamente depressivo como foi 1914. E mesmo as “bases menos favoráveis” (pág. 521) não eram assim tão desfavoráveis: 1919 foi um ano de “pico”, caindo a produção, embora apenas ligeiramente, até 1921. Na realidade, usando médias trienais centradas em 1912 e 1918, o crescimento da produção industrial, representada pelo índice agregado de quatro gêneros representativos de 50 por cento do valor adicionado em 1919, é da ordem de 3,6 por cento anuais.

Assim, parece que a importância da industrialização substitutiva de importações durante a I Guerra Mundial foi bem menor que aquela atribuída por Fishlow. Reforçam essa opinião, além do fato já mencionado da redução nas importações de bens de capital para indústria, também a grande redução nas importações de matérias-primas (pouco mais de um terço em 1917, relativamente a 1912-1913) e combustíveis e lubrificantes (menos da metade). Fishlow argumenta que isso, em certa medida, foi compensado pelo aumento da oferta interna (pág. 521). E cita como exemplo, o aumento da produção de ferro-gusa, de 3.500t em 1915 para 11.700t

5. Com muita propriedade, Fishlow lembra a pouca importância relativa das “novas” exportações durante a I Guerra, às quais Dean (op. cit.) dera ênfase exagerada.

6. Trata-se de um índice (Laspeyres base fixa) agregado de quatro gêneros da indústria de transformação (Têxtil, Vestuário e Calçados, Bebidas e Fumo), ponderados pelo Censo Industrial de 1919, e representando cerca de 50 por cento do valor adicionado pela indústria de transformação em 1919. Somente a indústria Têxtil representa aproximadamente 30 por cento.

em 1918. Colocado nas devidas proporções, esse fato não tem o menor significado. O valor da produção de ferro-gusa em 1918 representava menos de 3 por cento da importação de matérias-primas metálicas em 1918-1919, e, em relação à produção, cerca de 5 por cento do valor adicionado pela indústria metalúrgica e 0,2 por cento do valor adicionado pela indústria de transformação em 1919.

Na realidade, tudo indica que, ao contrário, o “choque” da I Guerra interrompeu o crescimento industrial. Em 1912-1913, a participação relativa dos bens de consumo não duráveis (principalmente têxteis e produtos alimentares) na pauta de importações já havia sido comprimida para cerca de 20 por cento, contra 37 por cento em 1901-1902. E durante a guerra essa participação relativa foi reduzida em apenas dois a três pontos percentuais. Paralelamente, em 1912-1913, as importações de bens de capital e matérias-primas respondiam por respectivamente 16 e 45 por cento do valor das importações contra apenas 6 por cento e 42 por cento em 1910-1902⁽⁷⁾.

Assim, é possível concluir que a parte mais substancial da substituição de importações de bens de consumo não duráveis (têxteis e produtos alimentares, principalmente) deu-se não durante a I Guerra Mundial, mas nos anos imediatamente anteriores. O segundo surto industrial parece ter-se verificado no período 1905-1913.

II — O crescimento durante os anos trinta

Diversos autores têm contribuído ultimamente para um melhor entendimento da evolução da economia brasileira nos anos trinta⁽⁸⁾. Há, de modo geral, um consenso quanto ao fato da economia brasileira ter reagido à Grande Depressão

7. Dados de Villela e Suzigan (op. cit.), Apêndice Estatístico (Tabela XXII).

8. Principalmente: Pelaez, C. M. “A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira”, RBE, Janeiro 1968; Pelaez, C. M. “Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café — 1906-1945: Teoria, política e medição”, RBE, 25 (4), out/dez 1971; Annibal V. Villela e Werner Baer, “Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões nos Estágios do Desenvolvimento Econômico do Brasil”, Dados n.º 9, 1972 (págs. 114-134); Villela e Suzigan Política Governamental .. op. cit., além do próprio Fishlow.

mais cedo que as demais economias do mundo ocidental. O produto real passou a crescer novamente a partir de 1932, e a produção real da indústria já a partir de 1931. É certo também, que durante todo o período dos anos trinta a produção industrial cresceu a taxas elevadas, embora não acompanhada da necessária modernização tecnológica. Não se pretende discutir nesta nota, contudo, as causas que teriam levado a esse crescimento do produto real. Antes, o que se coloca em discussão é se esse aumento do produto real (e em particular o crescimento do produto real da indústria) teria resultado em aumento de bem-estar para a economia brasileira nos anos trinta.

Há dois pontos importantes. Primeiro, o crescimento do produto real total em comparação ao crescimento do produto real da indústria. Segundo, o crescimento da renda real, isto é, o produto real corrigido das variações nas relações de troca.

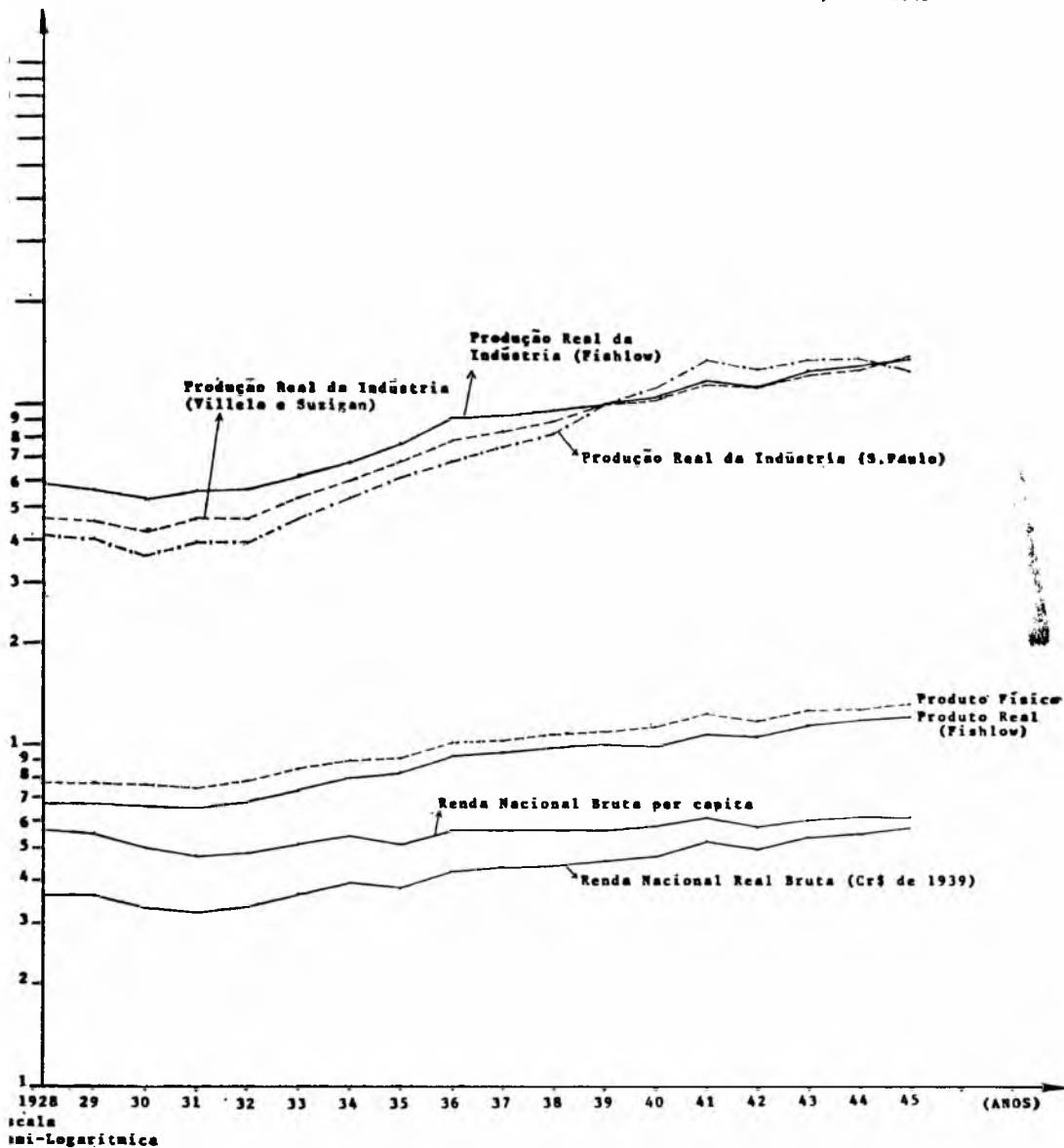
O gráfico 2 resume as séries disponíveis sobre produção e renda real da economia brasileira nos anos trinta. Quanto à produção industrial, nota-se um início de recuperação em 1931 e, em todos os índices, a aceleração do crescimento a partir de 1933⁽⁹⁾. Mas o ritmo de crescimento do produto real total é bastante inferior⁽¹⁰⁾. Isso se deve exatamente ao fato de que a agricultura, devido à crise do café, encontrava-se praticamente estagnada em termos “per capita”. Na realidade, o mais rápido crescimento do produto real nos anos trinta só se verificou porque a maior atividade industrial compensou a estagnação da agricultura, substituindo-a como setor dinâmico da economia.

9. O índice de produto real da indústria apresentado por Fishlow contém uma desaceleração em 1937-38, conflitando com os outros índices, principalmente o de São Paulo que então concentrava cerca de 40% do valor adicionado pela indústria do país.

10. É extraordinária a semelhança entre os índices de Fishlow (produto real total) e o de Villela e Suzigan (produto físico apenas). Isso comprova a hipótese implícita na utilização do índice de produto físico para projetar o PNB, qual seja, a de que a evolução do setor Serviços apresentaria uma elasticidade-renda unitária relativamente à evolução de Agricultura e Indústria (ver Villela e Suzigan, op. cit., Apêndice Metodológico A).

O que interessa analisar, contudo, é a evolução da **renda real**, total e “per capita” (gráfico 2). Nota-se que, efetivamente, a economia brasileira permaneceu estagnada, em termos “per capita”, entre 1928-29 e 1939-40. Na verdade, o rápido crescimento do produto real foi, em parte, anulado

GRÁFICO 2. BRASIL: ÍNDICES DE PRODUÇÃO REAL E RENDA NACIONAL REAL BRUTA, 1928-1945



Fontes: Fishlow, A. “Origens. ” op. cit.; Villela, A. V. e Suzigan, W. **Política Governamental.** ., op. cit. e Suzigan, W. “A Industrialização de São Paulo, 1930-1945” in **Revista Brasileira de Economia**, 25(2): 89-111.

NOTA: à série do produto físico foi somado 10 em cada ano, e a série de renda “per capita” foi dividida por dois, para evitar superposições da curvas.

pelas condições adversas do comércio exterior. A crise do café, apesar do ressurgimento do algodão, causou contínua deterioração nas relações de troca, reduzindo o poder aquisitivo da parcela exportada do produto interno” (11). A questão que talvez fosse mais relevante tentar responder é sobre quais teriam sido os verdadeiros efeitos da crise do setor externo e conseqüente estagnação da agricultura sobre a atividade econômica, não tivesse a atividade industrial emergido como compensação.

São essas as duas observações mais relevantes que se propôs analisar nesta nota. É claro que não devem ser encaradas como uma tentativa de estabelecer a “palavra final” sobre o assunto. Tão-somente, o objetivo foi oferecer alguns subsídios a novas discussões.

11. Ver Villela e Suzigan, **Política Governamental** .. op. cit., Apêndice Metodológico A. Naturalmente, somente a parcela exportada do produto deve ser corrigida pelas variações dos preços relativos do comércio com o exterior. Assim, chamando-se:

Y_t : produto real (PNB a preços constantes)

X_t : exportações de mercadorias e serviços, a preços constantes

T_t : índice da relação de trocas

R_t : renda real (produto real corrigido das variações nas relações de troca).

a parcela a ser corrigida será dada por:

$$\frac{Y_t}{Y_{t-1}} - \frac{X_t}{Y_t}$$

ou: $\frac{X_t}{Y_{t-1}}$, e a expressão final que dará a variação (índice) da

renda real no período corrente em relação ao anterior será:

$$\frac{R_t}{R_{t-1}} = \frac{1}{Y_{t-1}} \left[Y_t + \left(X_t \frac{T_t}{T_{t-1}} \right) - X_t \right]$$

Esses resultados, que representam variações (índices) anuais, podem ser relacionados entre si de modo a obter uma série encadeada da evolução da renda real. É claro que, trabalhando-se não com variações anuais (índices) dos agregados, mas com as séries a preços constantes, a renda real cada ano pode ser obtida pela simples relação contábil:

$$R = Y - X + X_m,$$

onde X_m é a capacidade de importar (isto é, o poder aquisitivo das exportações).